

Mosaicos de Unidades de Conservação brasileiros

CAMILA TAMIRES PETRY

MARGARETE BLUME VIER
UNIVERSIDADE FEEVALE

MARINA GRIEBLER MOREIRA

DUSAN SCHREIBER
UNIVERSIDADE FEEVALE

CARLOS AUGUSTO DO NASCIMENTO

MOSAICOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO BRASILEIROS

1. INTRODUÇÃO

A fragmentação das áreas naturais pode levar à redução da biodiversidade por meio da eliminação ou diminuição de populações, do desequilíbrio ecológico, da destruição ou degradação de habitats, entre outros (MMA, 2003). A criação de áreas protegidas pelo estabelecimento de Unidades de Conservação (UC), espaços territoriais contínuos com características naturais relevantes que procuram proteger e preservar os recursos naturais, é uma estratégia que vem sendo usada para garantir a conservação da biodiversidade. Quanto maior forem as unidades de conservação, maiores serão as possibilidades nesse sentido. No entanto, as áreas protegidas nem sempre possuem tamanho suficiente para a manutenção de certas espécies (VALERI & SENÔ, 2004). Desse modo, os mosaicos de unidades de conservação podem ser uma alternativa viável de garantir a preservação da biodiversidade.

Mosaico de unidades de conservação é um modelo de gestão que busca a participação, integração e envolvimento dos gestores de UC e da população local na gestão das mesmas, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional. O reconhecimento de um mosaico se dá quando existir um conjunto de UC próximas, justapostas ou sobrepostas, pertencentes a diferentes esferas de governo ou não. O estabelecimento de um mosaico contribui também para a transposição de um dos principais desafios na gestão de unidades de conservação, que é a interação entre a população local, o governo local e os órgãos gestores de diferentes esferas de atuação para promover ações de proteção das áreas naturais (OECD, 2017).

Um mosaico tem como objetivos principais compatibilizar, integrar e otimizar atividades desenvolvidas nas UC que o compõem, tendo em vista, especialmente: os usos na fronteira entre unidades; o acesso às unidades; a fiscalização; o monitoramento e avaliação dos planos de manejo; a pesquisa científica; e a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental. Para atingir esses objetivos, a gestão de um mosaico é acompanhada por um Conselho Consultivo, presidido por um dos chefes das UC, que deve propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e

otimizar a gestão dessas áreas, sendo fundamental a participação da comunidade local (OECD, 2017).

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) é o responsável por reconhecer os mosaicos, a pedido dos órgãos gestores das UC, conforme procedimentos instituídos na Portaria MMA nº 482, de 14 de dezembro de 2010 (MMA, 2010 a).

O objetivo deste trabalho foi realizar uma compilação dos Mosaicos de Unidades de Conservação existentes e reconhecidos no Brasil até o momento, e trazer apontamentos das principais dificuldades de implantação e gestão de um mosaico.

2. METODOLOGIA

O presente estudo, de caráter qualitativo, é uma pesquisa exploratória e de natureza aplicada. Para atingir o objetivo proposto, foi realizada uma revisão bibliográfica, que foi baseada na sistemática sugerida por Marconi e Lakatos (2012). A pesquisa bibliográfica seguiu as seguintes etapas: a) escolha do tema: o tema mosaicos de unidades de conservação no Brasil foi definido em função destes mosaicos serem uma alternativa viável de preservação da biodiversidade; b) elaboração do plano de estudo: foram determinadas a estrutura do estudo, os tópicos relevantes a serem pesquisados e a formulação do objetivo; c) identificação: efetuou-se a seleção das palavras-chave, sendo elas “unidades de conservação”, “biodiversidade” e “preservação”; d) localização: a coleta de informações ocorreu por meio de consultas em bancos de dados como Capes, Scielo, Scopus e Unique, utilizando-se os artigos com maior relevância e aderência ao tema estudado; e) fichamento: o conteúdo das bibliografias foi organizado em fichas resumo, contendo autor e ano, os principais tópicos elencados no artigo, além dos resultados mais relevantes em relação ao tema; f) redação: resumo dos principais tópicos e assuntos relevantes de cada bibliografia consultada, atendendo os tópicos pré-definidos na metodologia; além do levantamento dos mosaicos existentes no Brasil.

O material consultado na revisão bibliográfica limita-se a artigos científicos, capítulos de livros e websites. A partir da leitura dos primeiros artigos, identificaram-se outras palavras-chaves, e a partir destas, ampliou-se a busca por artigos científicos, sendo feita, primeiramente, a leitura do resumo, onde era verificado se o artigo tinha aderência, ou não, ao tema estudado. Após a primeira triagem, era feita a leitura completa do artigo, juntamente com as fichas resumo (etapa

do fichamento) contendo os principais tópicos tratados. Por meio da leitura completa dos artigos, identificaram-se diversos outros artigos que foram mencionados pelos autores, e que eram relevantes para o estudo, e, portanto, foram incluídos na revisão bibliográfica.

Por meio da análise interpretativa, buscou-se o entendimento mais aprofundado a respeito dos mosaicos de unidades de conservação, sua legislação, como se formam, sua importância para a conservação da biodiversidade, e o levantamento dos mosaicos existentes no Brasil, considerando que o nosso país possui vasta biodiversidade.

3. DISTRIBUIÇÃO DOS MOSAICOS NO BRASIL

O Brasil possui, atualmente, 15 mosaicos de unidades de conservação reconhecidos pelo MMA (MMA, 2018 a). O Quadro 1 apresenta estes mosaicos, sua localização, número de UC compreendidas, área e características. Mosaicos criados por leis estaduais, que não são reconhecidos pelo MMA, não são apresentados aqui.

Quadro 1. Apresentação dos Mosaicos de Unidades de Conservação do Brasil reconhecidas pelo Ministério do Meio Ambiente.

Mosaico	Estado(s)	Nº de UCs compreendidas	Área de extensão	Portaria de reconhecimento	Características
Mosaico Capivara-Confusões	Piauí	Duas UC de Proteção Integral	1,5 milhão ha	MMA nº 76/2005	Possui um corredor ecológico entre as UC e protege uma importante faixa da Caatinga (WIKI PARQUES, 2018 a).
Mosaico do Litoral de São Paulo e Paraná (LAGAMAR)	São Paulo e Paraná	52 UC de Proteção Integral e de Uso Sustentável	2 milhões ha	MMA nº 150/2006	Um dos principais desafios de sua gestão é o manejo efetivo das UC, pois mais de 60% delas não possui plano de manejo e, quando tem, faltam recursos humanos e infraestrutura para implantá-los (MMA, 2018 b).

Mosaico Bocaina	Rio de Janeiro e São Paulo	18 UC e suas zonas de amortecimento	222.000 ha	MMA nº 349/2006	A maior parte das UC que compõem este mosaico apresentam algum tipo de ocupação humana em seu interior, em boa parte composta por povos e comunidades tradicionais entre caiçaras, caipiras, quilombolas e indígenas (MOSAICO BOCAINA, 2018).
Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense	Rio de Janeiro	29 UC	295.723 ha	MMA nº 350/2006	Caracteriza-se pela influência direta da região metropolitana do Rio de Janeiro, assim, possui como missão a promoção da sustentabilidade e conservação da biodiversidade nos ambientes de Mata Atlântica, desde os manguezais até os campos de altitude na Serra do Mar Fluminense, minimizando os efeitos negativos da expansão metropolitana e industrial (ICMBio, 2010).
Mosaico Mantiqueira	Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais	23 UC públicas localizadas na região, além de diversas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN)	729.138 ha	MMA nº 351/2006	A Serra da Mantiqueira é uma das maiores e mais importantes cadeias montanhosas do sudeste brasileiro. Trata-se de região relevante para a economia nacional,

					que concentra metade do Produto Interno Bruto do país. Apresenta extrema importância ecológica, integrando o bioma Mata Atlântica com formações mistas de campos, florestas e enclaves de matas de araucária (MOSAICO MANTIQUEIRA, 2018).
Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu	Minas Gerais e Bahia	15 UC de Proteção Integral e Uso Sustentável	1.783.799 ha	MMA nº 128/2009	Foi um dos primeiros mosaicos a serem estabelecidos no bioma Cerrado, representando uma área chave na conservação deste. Inclui comunidades quilombolas e terras indígenas Xacriabás e busca conciliar a proteção da biodiversidade à valorização cultural e social das comunidades (MOSAICO SERTÃO VEREDAS PERUAÇU, 2018; WWF BRASIL, 2018 a).
Mosaico do Espinhaço: Alto Jequitinhonha - Serra do Cabral	Minas Gerais	8 UC	1.892.447 ha	MMA nº 444/2010	A região é detentora de uma expressiva diversidade biológica, conjugada com

					<p>uma rica diversidade sociocultural, com predominância da cultura extrativista, e agrega um conjunto de áreas identificadas como insubstituíveis e prioritárias para a conservação ao longo de toda a extensão da Cadeia do Espinhaço (WIKI PARQUES, 2018 b).</p>
<p>Mosaico Mico-Leão-Dourado</p>	<p>Rio de Janeiro</p>	<p>21 UC públicas e privadas</p>	<p>209.000 ha</p>	<p>MMA nº 481/2010</p>	<p>O mosaico foi criado para fortalecer as UC da região de ocorrência do mico-leão-dourado e assegurar melhores condições de proteção para o habitat da espécie (WIKI PARQUES, 2018 c).</p>
<p>Mosaico do Baixo Rio Negro</p>	<p>Amazonas</p>	<p>11 UC</p>	<p>7.500.000 ha</p>	<p>MMA nº 483/2010</p>	<p>É uma região de reconhecida importância para a conservação da biodiversidade e também da sociodiversidade. As diferentes Áreas Protegidas inseridas neste projeto situam-se na área de abrangência do Corredor Ecológico da Amazônia Central e também na Zona Núcleo da Reserva da Biosfera (WIKI</p>

					PARQUES, 2018 d).
Mosaico da Foz do Rio Doce	Espírito Santo	Sete UC	(Essa informação não foi obtida)	MMA nº 489/2010	O Rio Doce foi o infeliz protagonista de uma das maiores tragédias ambientais do país com o rompimento da barragem do Fundão, em Minas Gerais em 2015. O rio foi invadido por uma avalanche de rejeitos com consequências gravíssimas para o mesmo, contaminando e causando a morte de milhões de animais. Rio abaixo, no Espírito Santo, o Mosaico da Foz do Rio Doce une desde 2010 as unidades de conservação capixabas na preservação da foz, onde rio encontra o mar (MENEGASSI, 2017).
Mosaico do Extremo Sul da Bahia	Bahia	12 UC e suas zonas de amortecimento	307.000 ha	MMA nº 492/2010	Surgiu da necessidade de se articular ações em busca da recuperação e proteção da Mata Atlântica e da melhoria das condições de vida das populações locais (MOSAICO DE ÁREAS PROTEGIDAS DO EXTREMO SUL DA BAHIA,

					2018).
Mosaico Carioca	Rio de Janeiro	19 UC	35.000 ha	MMA nº 245/2011	O mosaico ajuda a criar um corredor ecológico entre as UC para preservar a Mata Atlântica e facilitar a movimentação da fauna e possui a particularidade de estar inteiramente inserido na malha urbana (MOSAICO CARIOCA, 2018; PENA & RODRIGUES, 2018).
Mosaico da Amazônia Meridional (MAM)	Amazonas, Rondônia e Mato Grosso	40 UC	7.114.471 ha	MMA nº 332/2011	Conhecido como “Arco do Desmatamento”, por conta do desmatamento que avança no sentido norte do Brasil, o mosaico é uma iniciativa de gestão territorial que tem como objetivo conter o avanço do desmatamento na Amazônia (WWF BRASIL, 2018 b).
Mosaico do Jalapão	Tocantins, Bahia e Piauí	Nove UC	3.274.576 milhões ha	MMA nº 434/2016	Inserida no bioma Cerrado, a região do Jalapão abriga as nascentes de afluentes de três importantes bacias hidrográficas brasileiras: Tocantins, Parnaíba e São Francisco, o que transforma o Jalapão numa região estratégica

					para o abastecimento de água no país (WIKI PARQUES, 2018 e).
Mosaico da Serra do Cipó	Minas Gerais	18 UC situadas na transição do bioma Cerrado para a Mata Atlântica	Aprox. 2,7 milhões ha	MMA nº 368/2018	Além de contribuir para a conservação da rica biodiversidade de flora e fauna presente, a constituição de um Mosaico nessa região é fundamental para a proteção das Bacias do Rio São Francisco e do Rio Doce, responsáveis pelo abastecimento de água de uma porção do estado de Minas Gerais (WWF BRASIL, 2018 c).

Não existe um local ou documento que englobe todos os mosaicos de UC brasileiros. Para alguns deles, há muita informação e detalhes em artigos científicos e, principalmente, sites da internet. Entretanto, para outros, faltam informações, como é o caso do Mosaico da Foz do Rio Doce, em que não foi possível encontrar o valor de sua área, ou estas informações são difíceis de serem encontradas.

A figura 1 consiste em um mapa de distribuição dos mosaicos brasileiros reconhecidos até o ano de 2012; faltam o Mosaico do Jalapão e o Mosaico da Serra do Cipó. Não existem mapas mais atualizados.



Figura 1. Mapa de distribuição dos mosaicos brasileiros reconhecidos até o ano de 2012. Fonte: Fundação Fórmula Cultural, 2012.

4. DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DOS MOSAICOS

Um dos principais desafios na gestão dos mosaicos de UC, segundo o Ministério do Meio Ambiente (2010), é integrar o governo, a população local e os órgãos gestores da UC. É fundamental a interação das instituições, pois, só assim será possível promover ações para a proteção da área em questão. Ao instituir um mosaico, também se contribui para a transposição desse desafio, já que se procura atender o interesse de todas as partes envolvidas. Além desta, o reconhecimento de um mosaico pode trazer uma infinidade de outras vantagens, tais como: a gestão integrada de várias UC, o estabelecimento de uma escala maior de conservação da natureza, numerosos benefícios sociais que surgem quando as populações tradicionais só são realocadas em casos extremos, a otimização da utilização de recursos, a extrema redução dos conflitos dos órgãos de gestão com a população tradicional e a integração de várias entidades governamentais de gestão, entre muitas outras (SANTOS & VERONEZ, 2017).

Alguns mosaicos foram criados por meio de reclassificações, alterando os limites de uma UC e unindo-a a outras, novas ou já existentes. Atualmente, há mosaicos que sofrem com Ação Direta de Inconstitucionalidade de autoria do Ministério Público, como por exemplo, o Mosaico

de Juréia-Itatins do estado de São Paulo, que alega necessidade de um prévio Estudo e um Relatório de Impacto Ambiental, bem como violação ao princípio da proibição do retrocesso ambiental, já que algumas áreas da antiga Estação Ecológica Juréia-Itatins teriam tido seu nível de proteção rebaixado, permitindo que as populações tradicionais permaneçam em locais cuja moradia até então era proibida. Este conflito caracteriza-se como um questionamento Constitucional. Perante a este questionamento, é levantada uma das principais características do mosaico, que é, justamente, uma gestão integrada, unindo a população tradicional que vive nas Unidades de Desenvolvimento Sustentável, os órgãos governamentais interessados na localidade e os próprios gestores designados para a área. Em conjunto, esses três participantes devem criar um Plano de Manejo, regulamentando o que é ou não permitido dentro do mosaico, e organizar um Conselho Consultivo, auxiliando na tomada de decisões, como define a Lei nº 9985/2000 e o Decreto nº 4340/2002 (BRASIL, 2013). O Mosaico do Jacupiranga, criado por lei estadual de São Paulo, destaca-se por sua importância histórica e cultural, já que abriga um importante sítio arqueológico e várias comunidades quilombolas e caiçaras, bem como por sua importância ambiental, por estar na maior área de Mata Atlântica preservada do Brasil. A sua criação foi uma forma de suavizar os conflitos fundiários que assolavam o local, por isso o processo foi trabalhoso e conturbado, mas este mosaico não se torna um questionamento constitucional mesmo tendo vários conflitos envolvidos. Deve-se perceber que, a criação de mosaicos tem pontos de extrema importância perante ao meio ambiente, mas também apresenta alguns conflitos de gestão e sociais, gerando conturbações para as partes (BRASIL, 2008).

5. CONCLUSÃO

O modelo de gestão “mosaico” ainda é pouco conhecido e abordado, apesar de aos poucos estar ganhando espaço e ser adotado em diferentes regiões. Alguns mosaicos são bem reconhecidos e possuem muitas informações a seu respeito. Porém, muitos ainda carecem de informações e são pouco conhecidos.

No Brasil, 15 mosaicos são reconhecidos pelo Ministério do Meio Ambiente, apesar de existir outros que foram implementados por leis estaduais. Apesar dos desafios que envolvem a implementação e gestão de um mosaico, ele é um método que, por englobar diversas áreas de proteção ambiental, tornando-as uma grande área de preservação, aumenta o auxílio na

manutenção da biodiversidade, além de buscar a participação integrada dos gestores de UC e da população local na sua gestão, contribuindo na valorização da sociodiversidade e do desenvolvimento sustentável regionalmente.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.810, de 21 de fevereiro de 2008. Altera os limites do Parque Estadual de Jacupiranga, criado pelo Decreto-lei nº 145, de 8 de agosto de 1969, e atribui novas denominações por subdivisão, reclassifica, exclui e inclui áreas que especifica, institui o Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga e dá outras providências. Diário Oficial. São Paulo, SP

BRASIL. Lei nº 14.982, de 08 de abril de 2013. Altera os limites da Estação Ecológica da Jureia-Itatins na forma que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial. São Paulo, SP

FUNDAÇÃO FÓRMULA CULTURAL (2012). **Mosaicos de áreas protegidas**. Disponível em: <http://www.formulacultural.org.br/2012/10/instrumentos-de-gestao-territorial.html?view=snapshot>. Acesso em: 12 dez 2018.

ICMBio - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (2010) **Planejamento estratégico do Mosaico Central Fluminense**. 51 p. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/mosaicos/planejamento-central-fluminense.pdf>. Acesso em: 12 dez 2018.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico. 7ed. São Paulo: Atlas, 2012. 225 p.

MENEGASSI, D. (2017). **Conheça os mosaicos de unidades de conservação do Brasil**. Disponível em: <https://www.wikiparques.org/conheca-os-mosaicos-de-unidades-de-conservacao-do-brasil-parte-2/>. Acesso em: 13 dez 2018.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **Fragmentação de ecossistemas: causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas**. Brasília: MMA/SBF. 2003. 510 p.

MMA - Ministério do Meio Ambiente (2005). **Portaria nº 76, de 11 de março de 2005**. Disponível em:

http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_arquivos/portaria_mosaico_e_corredor_capivara_240.pdf. Acesso em: 11 dez. 2018.

MMA - Ministério do Meio Ambiente (2006) (a). **Portaria nº 150, de 08 de março de 2006**. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_arquivos/portaria_mosaico_so_paulo_paran_240.pdf. Acesso em: 11 dez. 2018.

MMA - Ministério do Meio Ambiente (2006) (b). **Portaria nº 349, de 11 de dezembro de 2006**. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_arquivos/portaria_mosaico_bocaina_240.pdf. Acesso em: 11 dez. 2018.

MMA - Ministério do Meio Ambiente (2006) (c). **Portaria nº 350, de 11 de dezembro de 2006**. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_arquivos/portaria_mosaico_mata_atlantica_central_fluminense_240.pdf. Acesso em: 11 dez. 2018.

MMA - Ministério do Meio Ambiente (2006) (d). **Portaria nº 351, de 11 de dezembro de 2006**. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_arquivos/portaria_mosaico_mantiqueira_240.pdf. Acesso em: 11 dez. 2018.

MMA - Ministério do Meio Ambiente (2009). **Portaria nº 128, de 24 de abril de 2009**. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_arquivos/portaria_mosaico_serto_veredas_240.pdf. Acesso em: 11 dez. 2018.

MMA - Ministério do Meio Ambiente (2010) (a). **Portaria nº 482, de 14 de dezembro de 2010**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/legislacao/areas-protegidas.html?download=832:portaria-n-482-de-14-de-dezembro-de-2010>. Acesso em: 28 nov. 2018.

MMA - Ministério do Meio Ambiente (2010) (b). **Portaria nº 444, de 26 de novembro de 2010**. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_arquivos/espinhao_240.pdf. Acesso em: 11 dez. 2018.

MMA - Ministério do Meio Ambiente (2010) (c). **Portaria nº 481, de 14 de dezembro de 2010**. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_arquivos/portaria_mosaico_mico_leo_dourado_240_1.pdf. Acesso em: 11 dez. 2018.

MMA - Ministério do Meio Ambiente (2010) (d). **Portaria nº 483, de 14 de dezembro de 2010.** Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_arquivos/portaria_baixo_rio_negro_240.pdf. Acesso em: 11 dez. 2018.

MMA - Ministério do Meio Ambiente (2010) (e). **Portaria nº 489, de 17 de dezembro de 2010.** Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_arquivos/portaria_mosaico_foz_do_rio_doce_489_240_1.pdf. Acesso em: 11 dez. 2018.

MMA - Ministério do Meio Ambiente (2010) (f). **Portaria nº 492, de 17 de dezembro de 2010.** Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_arquivos/portaria_mosaico_extremo_sul_ba_492_240.pdf. Acesso em: 11 dez. 2018.

MMA - Ministério do Meio Ambiente (2011) (a). **Portaria nº 245, de 11 de julho de 2011.** Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_arquivos/portaria_mosaico_carioca_240.pdf. Acesso em: 11 dez. 2018.

MMA - Ministério do Meio Ambiente (2011) (b). **Portaria nº 332, de 02 de agosto de 2011.** Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_arquivos/portaria_mosaico_da_amaznia_meridional_240.pdf. Acesso em: 11 dez. 2018.

MMA - Ministério do Meio Ambiente (2016). **Portaria 434, de 29 de setembro de 2016.** Disponível em: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80238/Mosaicos/PORTARIA_N_434_DE_29_DE_SETEMBRO_DE_2016_-_Diario_Oficial_da_Uniao_-_Imprensa_Nacional_JALAPAO_002.pdf. Acesso em: 11 dez. 2018.

MMA - Ministério do Meio Ambiente (2018) (a). **Mosaicos.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/instrumentos-de-gestao/mosaicos>. Acesso em: 11 dez. 2018.

MMA - Ministério do Meio Ambiente (2018) (b). **Mosaico Lagamar.** Disponível em: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80049/Mata%20Atlantica/Biodiversidade%20e%20Mudancas%20Climaticas/Anexo%206_Apresentacao%20das%20iniciativas%20do%20Mosaico%20Lagamar.pdf. Acesso em: 12 dez 2018.

MMA - Ministério do Meio Ambiente (2018) (c). **Portaria nº 368, de 13 de setembro de 2018.** Disponível em: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80238/Mosaicos/PORTARIA_N_368_DE_13_DE_SETEMBRO_DE_2018_-_Diario_Oficial_da_Uniao_-_Imprensa_Nacional.pdf. Acesso em: 11 dez. 2018.

MOSAICO BOCAINA (2018). **O Mosaico Bocaina.** Disponível em: <http://www.mosaicobocaina.org.br/mosaico-bocaina/o-mosaico-bocaina>. Acesso em: 11 dez. 2018.

MOSAICO CARIOCA: MOSAICO CARIOCA DE ÁREAS PROTEGIDAS (2018). **Mosaico Carioca.** Disponível em: http://mosaico-carioca.blogspot.com/p/pnt_04.html. Acesso em: 11 dez. 2018.

MOSAICO DE ÁREAS PROTEGIDAS DO EXTREMO SUL DA BAHIA (2018). **Quem somos.** Disponível em: <https://mapesbahia.wordpress.com/about/quem-somos/>. Acesso em: 11 dez. 2018.

MOSAICO MANTIQUEIRA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (2018). **O mosaico Mantiqueira.** Disponível em: <http://www.mosaicomantiqueira.org.br/site/o-mosaico/>. Acesso em: 11 dez. 2018.

MOSAICO SERTÃO VEREDAS PERUAÇU (2018). **O Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu.** Disponível em: <http://mosaicospv.com.br/o-mosaico/>. Acesso em: 13 dez 2018.

OECO (2017). **O que são Mosaicos de Unidades de Conservação.** Disponível em: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/o-que-sao-mosaicos-de-unidades-de-conservacao/>. Acesso em: 27 nov. 2018.

PENA, I.A.B.; RODRIGUES, C.G.O. Mosaico Carioca de Áreas Protegidas e a perspectiva de gestão integrada do território no contexto urbano. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 46, n. 1, p. 133-153, 2018.

SANTOS, A. B. G.; VERONEZ, M. H. G. Análise dos Mosaicos de Unidades de Conservação no Estado de São Paulo. **Unisanta Law and Social Science**, v. 6, n. 2, p. 211-219, 2017.

VALERI, S. V.; SENÔ, M. A. A. F. A importância dos corredores ecológicos para a fauna e a sustentabilidade de remanescentes florestais. In *8º Congresso Internacional de Direito Ambiental*. 2004.

WIKI PARQUES (2018) (a). **Mosaico Capivara-Confusões**. Disponível em: http://www.wikiparques.org/wiki/Mosaico_Capivara-Confus%C3%B5es. Acesso em: 11 dez. 2018.

WIKI PARQUES (2018) (b). **Mosaico do Espinhaço: Alto Jequitinhonha - Serra do Cabral**. Disponível em: http://www.wikiparques.org/wiki/Mosaico_do_Espinha%C3%A7o:_Alto_Jequitinhonha_-_Serra_do_Cabral. Acesso em: 11 dez. 2018.

WIKI PARQUES (2018) (c). **Mosaico Mico-Leão-Dourado**. Disponível em: http://www.wikiparques.org/wiki/Mosaico_Mico-Le%C3%A3o-Dourado. Acesso em: 11 dez. 2018.

WIKI PARQUES (2018) (d). **Mosaico do Baixo do Rio Negro**. Disponível em: http://www.wikiparques.org/wiki/Mosaico_do_Baixo_do_Rio_Negro. Acesso em: 11 dez. 2018.

WIKI PARQUES (2018) (e). **Mosaico do Jalapão**. Disponível em: http://www.wikiparques.org/wiki/Mosaico_do_Jalap%C3%A3o. Acesso em: 11 dez. 2018.

WWF BRASIL (2018) (a). **Mosaico Sertão Veredas Peruaçu pode se tornar o maior no bioma Cerrado**. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?64102/Mosaico-Serto-Veredas-Peruau-pode-se-tornar-o-maior-no-bioma-Cerrado>. Acesso em: 13 dez 2018.

WWF BRASIL (2018) (b). **Mosaico da Amazônia Meridional (MAM)**. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/nossas_solucoes_na_amazonia/areas_protegidas_na_amazonia/mam/. Acesso em: 11 dez. 2018.

WWF BRASIL (2018) (c). **Cerrado ganha Mosaico da Serra do Cipó**. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?67542/Cerrado-ganha-Mosaico-da-Serra-do-Cip>. Acesso em: 11 dez. 2018.